Governo de Minas abre consulta pública sobre projetos de recuperação estrutural do Hospital Regional de Juiz de Fora

Contribuições poderão ser enviadas até 30 de junho, por meio digital 26 de Maio de 2023 , 11:05

O Governo de Minas Gerais, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG), abriu, nesta quinta-feira (25/5), Consulta Pública sobre projetos executivos para a recuperação estrutural da obra do Hospital Regional de Juiz de Fora, na Zona da Mata. Até 30 de junho de 2023, os interessados poderão enviar propostas de melhorias e alterações dos estudos sugeridos na contratação. O acesso pode ser realizado por meio deste link.

A elaboração de um projeto de recuperação estrutural é primordial para a continuidade das obras de construção do hospital regional. Por meio dele, serão fornecidos todos os conhecimentos técnicos necessários para que a obra possa ser concluída com segurança.

Dessa forma, serão realizados estudos que indiquem soluções para a edificação, assim como todos os custos necessários para a implementação do empreendimento, apontando quais tipos de reparos devem ser feitos, os materiais a serem usados, custo e tempo de execução.

“Este diagnóstico é fundamental quando se trata de uma obra abandonada há algum tempo e que está sujeita a patologias e deterioração estrutural, como é o caso do Hospital Regional de Juiz de Fora. Ele vai nos apontar os danos existentes na edificação, mapear quais reparos precisam ser feitos antes da retomada da obra", explica Débora do Carmo, Diretora de Edificações do DER-MG.

Segundo ela, o valor empenhado para e elaboração do projeto executivo é de R$1.077.691,92, com prazo de conclusão que pode chegar a oito meses.

O Hospital Regional de Juiz de Fora ocupa um terreno de 44.000,00 m² e uma área construída de 29.670,00 m², divididas em quatro blocos, onde serão oferecidos 226 leitos, pronto atendimento, salas de cirurgias, tratamentos emergenciais e outras atividades médicas.

A construção foi iniciada em 20 de outubro de 2010 e está paralisada desde 1º de fevereiro de 2017, com percentual de execução de aproximadamente 71%.



Enviar para impressão